

CASA DA MESQUITA

ALDEAMENTO TURÍSTICO NO PINHAL DA AIANA

ESTUDO PRÉVIO



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

AGOSTO DE 2005

CASA DA MESQUITA

ALDEAMENTO TURÍSTICO NO PINHAL DA AIANA

ESTUDO PRÉVIO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

RESUMO NÃO TÉCNICO

Agosto de 2005

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O consórcio que inclui as empresas ECOSSISTEMA - Consultores em Engenharia do Ambiente, Lda. e ORLA – Arquitectura Paisagista, Lda. tem a honra de apresentar o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Aldeamento Turístico no Pinhal da Aiana (Santana, Sesimbra), em fase de Estudo Prévio, adjudicado pela CASA DA MESQUITA, Sociedade Agro-Industrial, Lda.

Linda-a-Velha, Agosto de 2005

Sérgio Brites, Co - Coordenador do EIA

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	4
2 - LOCALIZAÇÃO DO PROJECTO	4
3 - JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO	8
4 - DESCRIÇÃO DO PROJECTO.....	8
5 - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE AFECTADO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO.....	11
6 - IMPACTES DO PROJECTO.....	15
6.1 – Principais impactes da fase de construção	15
6.2 – Principais impactes da fase de exploração	16
7 - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE VALORIZAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS.....	17
7.1 - Fase de construção:	17
7.2 - Fase de exploração	17
7.3 – Monitorização e acompanhamento ambiental	18
8 – Conclusões.....	18

1 - INTRODUÇÃO

O projecto em análise denominado “Aldeamento Turístico no Pinhal da Aiana” foi proposto pela CASA DA MESQUITA, Sociedade Agro-Industrial, Lda., encontrando-se em fase de Estudo Prévio. A entidade Licenciadora é a Câmara Municipal de Sesimbra.

Ao Abrigo do Decreto Lei 69/2000 de 3 de Maio e da Declaração de Rectificação 7-D/2000 de 30 de Junho, o empreendimento em estudo está sujeito ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), pelo facto de se tratar de um Aldeamento Turístico com área superior a 5 hectares (Anexo II, ponto 12-Turismo, alínea c)). A autoridade de AIA é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

Dando cumprimento à legislação sobre Avaliação do Impacte Ambiental, foi elaborado o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projecto - seguindo as orientações contidas no Decreto-Lei nº 69/2000 de 3 de Maio e de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela Portaria nº 330/2001, de 2 de Abril - de que este documento constitui o Resumo Não Técnico.

O EIA foi elaborado pelo consórcio que inclui as empresas ECOSSISTEMA - Consultores em Engenharia do Ambiente, Lda. e ORLA – Arquitectura Paisagista, Lda. entre Setembro e Dezembro de 2004.

Para além do Resumo Não Técnico, que constitui o presente documento, o EIA é constituído por um Relatório e respectivos Anexos e Desenhos.

O Resumo Não Técnico pretende apresentar de forma simples os principais aspectos referidos no EIA, destacando as informações de maior importância.

A consulta do Resumo Não Técnico não dispensa a consulta dos restantes elementos do EIA que estão disponíveis, durante o período de consulta pública, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto do Ambiente e na Câmara Municipal de Sesimbra.

2 - LOCALIZAÇÃO DO PROJECTO

O projecto localiza-se na Península de Setúbal, no concelho de Sesimbra, freguesia do Castelo (Santana), numa área localizada a cerca de 5 km de Sesimbra (na direcção sul-este) e a igual distância da Praia do Meco (a oeste) e da Lagoa de Albufeira (a noroeste).

Na Figura 1 apresenta-se a localização da área de implantação do empreendimento à escala nacional, municipal e local.

O empreendimento do Aldeamento Turístico no Pinhal da Aiana desenvolve-se numa propriedade com uma área de 43,65 hectares. Aproximadamente a metade norte desta propriedade, englobando uma área de 23,57 hectares onde existia um aterro sanitário, actualmente selado, foi cedida à Câmara Municipal de Sesimbra para a implantação de equipamentos, tendo já sido construída uma Estação de transferência para resíduos sólidos urbanos e Ecocentro. A área restante, reservada à implantação do empreendimento, ocupa 20,08 hectares, sendo esta a área de estudo do Estudo de Impacte Ambiental.

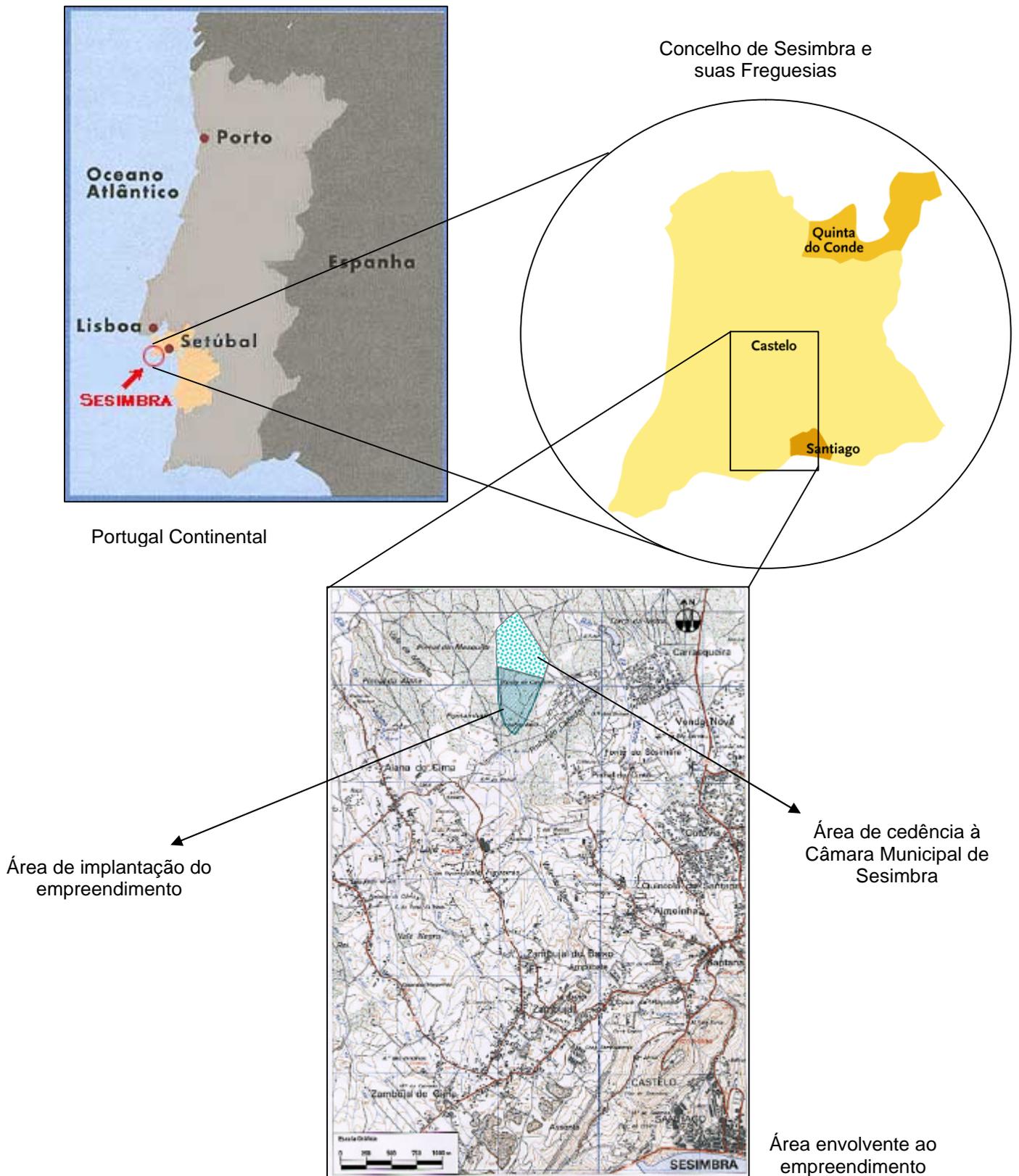


Figura 1 - Localização do empreendimento à escala nacional, municipal e local

A área de implantação do empreendimento tem a forma aproximada de um triângulo localizando-se entre o lugar da Aiana a Poente e da Carrasqueira a nascente, à distância de 600 m de cada um. Ainda mais próximo, a cerca de 200 m a Poente, encontra-se a urbanização do Pinhal do Cabedal, com áreas de características residenciais e outras de carácter turístico, designadamente o “Parque de Campismo” do Cabedal.

Na Figura 2 localiza-se, num extracto de fotografia aérea, a área do empreendimento.

Na Figura 3 localiza-se uma planta de localização da área do empreendimento à escala 1:25 000.

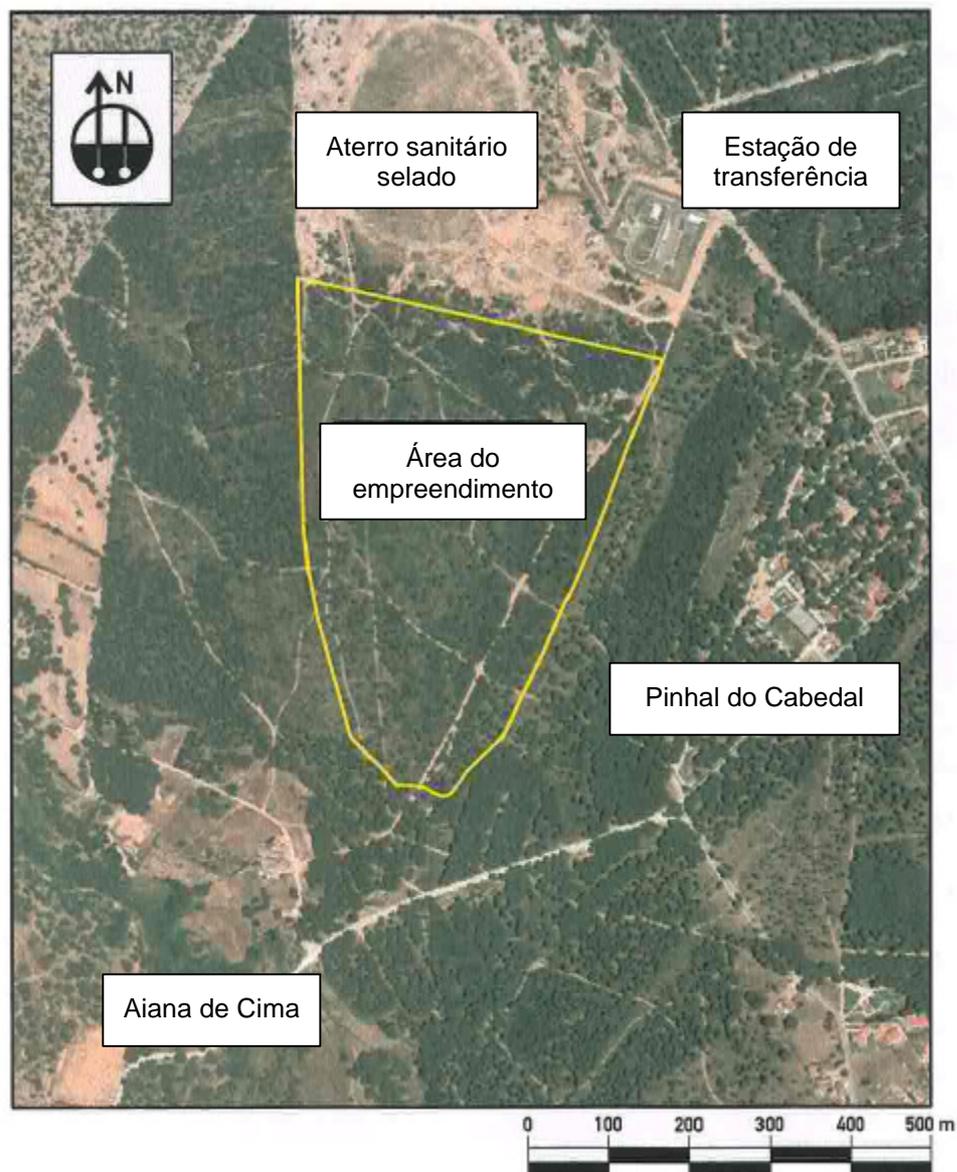


Figura 2 – Foto aérea da área do empreendimento

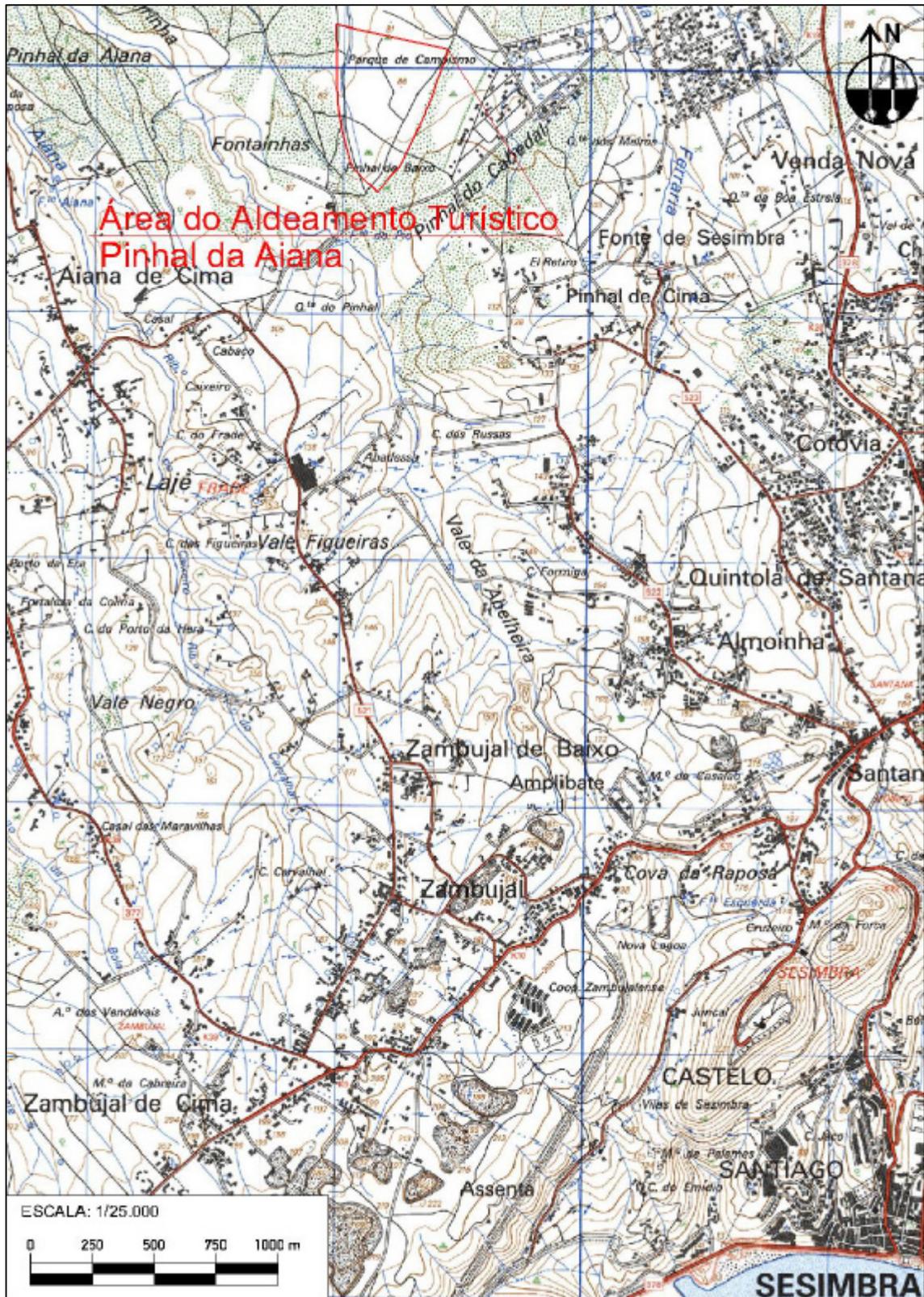


Figura 3 – Planta de localização 1:25 000

3 - JUSTIFICAÇÃO DO PROJECTO

A área de Sesimbra apresenta, sobretudo no Verão, uma grande procura turística devido ao facto de ser uma zona de lazer, com algumas praias (Lagoa de albufeira, Meco, Sesimbra), e que se encontra próxima de Lisboa. A própria vila de Sesimbra, pelo seu animado ambiente, sobretudo durante o Verão, constitui também um importante pólo de atracção.

O empreendimento localiza-se assim, numa aprazível área de pinhal, aproximadamente a igual distância das praias do Meco, Lagoa de Albufeira e da vila e praia de Sesimbra.

A vocação turística do concelho de Sesimbra está inscrita nos principais Programas e Planos com incidência neste território, nomeadamente o PROTAML e o PDM de Sesimbra, sendo um dos sectores estruturantes das linhas de desenvolvimento territorial desta área.

Como é referido no PDM de Sesimbra, a concretização, desde que convenientemente regulada, deste tipo de empreendimentos pode permitir um potencial significativo de desenvolvimento territorial e ambiental, ao encontro das tendências dominantes de transformação de toda esta área.

O tipo de empreendimentos como o do Pinhal da Aiana insere-se numa lógica de estabelecer padrões de maior qualidade para a urbanização desta zona, assentando na já referida vocação turística existente mas contrapondo-se ao uso excessivamente sazonal deste recurso e à redução da oferta às praias naturais existentes.

Acresce, ainda, que o empreendimento, pelas suas características, se integra numa procura de bens e serviços existente (comércio local, restauração, prestação de serviços domésticos e pessoais), acrescentando também esta oferta, de modo qualificado, através das suas unidades hoteleiras e de restauração.

A presença e o funcionamento deste empreendimento turístico será, também, um factor para a progressiva melhoria de acessos viários, e da qualificação paisagística na área da sua implantação e envolvente próxima, que apresenta actualmente sinais crescentes de degradação paisagística e ambiental.

4 - DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O empreendimento em apreço consiste num Aldeamento Turístico de 4 estrelas denominado “Pinhal da Aiana”.

O empreendimento é constituído por 156 unidades de alojamento, das quais 78 são apartamentos turísticos (Aparthotel) e 78 moradias turísticas. No total, a estas unidades correspondem a um total de 780 camas, das quais 624 são camas fixas e 156 são camas convertíveis. Metade das unidades de alojamento terão exploração turística, sendo as restantes para venda.

A entrada do aldeamento e respectiva portaria localizam-se no vértice sul da área de intervenção, onde se implantará uma rotunda.

Para sul desta rotunda será construída uma rua já fora da área de intervenção, que se dirige ao caminho, actualmente em terra batida, que liga o lugar de Aiana ao Pinhal do Cabedal. Para nascente será reposto o actual caminho que termina junto à Estação de transferência de resíduos. Refira-se no entanto, que o principal acesso a esta Estação de transferência é uma outra via, asfaltada, que se dirige ao Pinhal do Cabedal, sendo por esse lado, já afastado do futuro aldeamento, que transitam os veículos que transportam os resíduos.

Próximo da portaria localiza-se o núcleo constituído pelos apartamentos turísticos (78 apartamentos T1). O edifício dos apartamentos (Aparthotel) dispõe-se em três blocos, apresentando três pisos, sendo um deles semi-enterrado, de modo a ficarem dois pisos para o lado nascente e três pisos para o lado poente. Seguem-se em volta instalações e serviços de apoio: recepção, bares, restaurante (também aberto a clientes do exterior), piscinas, balneários, dois campos de ténis, mini-mercado e, numa posição mais resguardada um parque infantil e uma área de lazer.

A norte do núcleo dos apartamentos turísticos (Aparthotel), dispõe-se, em torno de três ruas paralelas, um conjunto de 56 moradias turísticas. Estas moradias possuem só um piso. À direita da rua principal (a nascente) dispõem-se as restantes 22 moradias turísticas que têm um piso em toda sua extensão, apresentando, numa pequena área, um segundo piso.

Envolvendo a área norte e noroeste do aldeamento, estende-se, uma zona de árvores percorrida por um “circuito de manutenção”. Esta zona constitui uma barreira natural entre o aldeamento e a área de cedência à Câmara Municipal de Sesimbra, onde se encontra a Estação de transferência de resíduos.

Na fase de exploração prevê-se a criação directa de 30 a 40 postos de trabalho, ligados ao funcionamento das unidades hoteleiras e de comércio a instalar no empreendimento, ainda que o total de empregos gerados possa ser da ordem dos 90, em época alta, considerando o funcionamento de todas as valências do empreendimento e a prestação de serviços domésticos e pessoais aos residentes e visitantes.

Para a fase de construção não é fácil quantificar os postos de trabalho necessários, dado que isso depende da estratégia de gestão da obra a adoptar, em função de opções comerciais e económicas, mas considerando a experiência de empreendimentos semelhantes estima-se que nessa fase haverá em média cerca de 100 trabalhadores empregues, podendo chegar a 200 em períodos de maior intensidade de trabalhos.

A água para abastecimento do empreendimento será proveniente da rede pública municipal. Os esgotos serão tratados numa ETAR, prevendo-se reutilização da água tratada para rega das zonas verdes, o que permite poupança de água.

Nesta fase do projecto não é possível ter informação muito precisa sobre as quantidades de terras que serão movimentadas durante as obras. Numa estimativa ainda muito grosseira considera-se que as escavações das áreas das piscinas propostas para o empreendimento poderão atingir valores da ordem dos 4 000 m³. O volume total de escavação contudo será certamente superior a este valor.

O empreendimento será sujeito a um projecto de integração paisagística. Este projecto prevê o aproveitamento dos solos de qualidade existentes, bem como a utilização das terras sobrantes, na implantação de uma pequena “colina” no extremo nordeste da área de intervenção. Não haverá necessidade de colocação de solos em vazadouro nem de importação de solos para a área do empreendimento.

O conjunto das intervenções previstas que integram o projecto, apresenta-se na Figura 4.



Figura 4 – Implantação do Aldeamento Turístico no Pinhal da Aiana

Apresenta-se, no Quadro 1 uma síntese de indicadores urbanísticos gerais do empreendimento.

Quadro 1 – Indicadores urbanísticos gerais do empreendimento

Área total do terreno	436 500 m ²
Área de cedência à Câmara Municipal de Sesimbra	235 720 m ²
para domínio público municipal	233317 m ²
para domínio privado municipal	2 403 m ²
Área de implantação	200 780 m ²
Área total de construção	21 825 m ²
Índice de construção	0,05
Número total de estacionamento	336
públicos	72
privados	264

O acesso ao empreendimento será efectuado por uma rua que ligará a rotunda, a implantar junto à entrada no extremo sul da propriedade, ao caminho municipal que liga o Pinhal do Cabedal ao lugar de Aiana. Esta rua, com cerca de 100 m de extensão resultará da pavimentação de um caminho não asfaltado existente.

Futuramente, no local onde a rua de acesso ao empreendimento entronca com o caminho municipal referido passará a Variante à Lagoa de Albufeira, via prevista no Plano de Acessibilidades do Concelho de Sesimbra.

Quando a referida variante estiver construída, o empreendimento terá bastante melhorada a sua acessibilidade. Esta variante permite, para poente o acesso directo à praia da Lagoa de Albufeira e à área de Alfarim, enquanto, imediatamente a nascente se liga com a futura Variante à EN 378. Esta última via contornará por poente a área urbana de Santana permitindo a ligação directa entre o porto de Sesimbra e a actual EN 378, na zona da Carrasqueira, na direcção de Lisboa.

As vias de acessos referidas, existentes e previstas, estão representadas na Figura 5.

5 - CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE AFECTADO E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

A área de estudo inclui-se numa zona onde o clima apresenta já feição mediterrânea moderada pela proximidade do mar. O Verão e o Inverno são moderados, sendo a temperatura média de 14,3^o, variando entre uma média de 9,4^oC em Janeiro e 19,7^oC em Agosto.

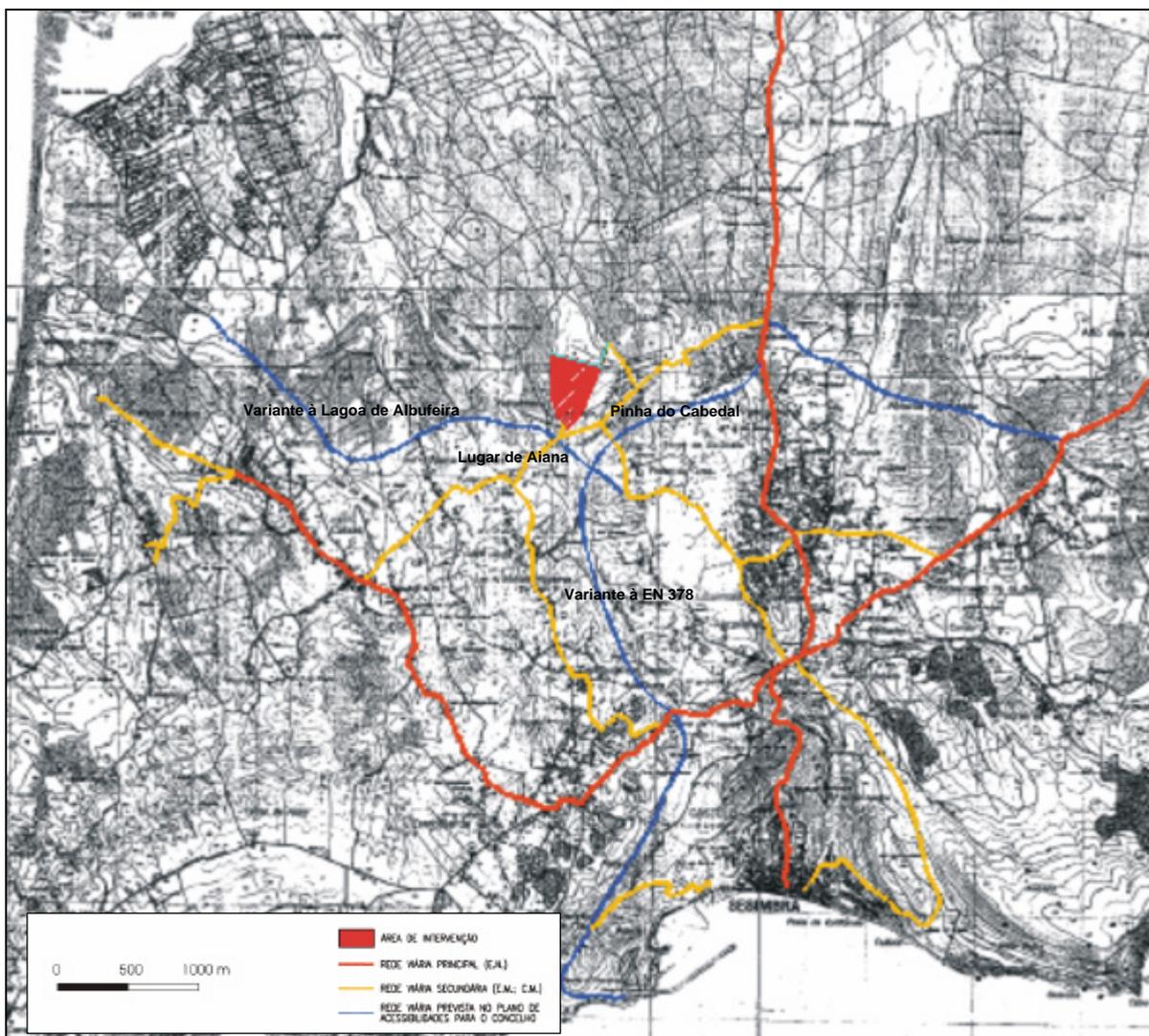


Figura 5 – Vias de acesso existentes e previstas

Os valores de precipitação anual são da ordem de 680 mm, ocorrendo cerca de 3/4 da precipitação no semestre mais húmido (Outubro a Março). Os ventos dominantes são provenientes de noroeste, nordeste e sudoeste.

Na área de implantação o terreno é predominantemente plano e de natureza arenosa, tratando-se de solos pobres para a agricultura. A elevada permeabilidade do terreno praticamente não permite escoamento à superfície, não existindo verdadeiras linhas de água a assinalar.

Na envolvente são mais importantes as reservas de águas subterrâneas, principalmente mais a norte, na direcção da Lagoa de Albufeira e da Ribeira da Apostiça.

A maior parte da área é ocupada actualmente por pinhal de média e baixa densidade dominado por pinheiros bravos, existindo alguns pinheiros mansos na zona mais a sul. Ocasionalmente encontram-se também alguns sobreiros. Num sector localizado na parte oeste da área de intervenção dominam matos rasteiros praticamente impenetráveis, mas sem especial valor para conservação.

Em áreas onde a densidade de pinhal é menor, é frequente encontrar vazamentos de lixos e entulhos de naturezas diversas, nomeadamente electrodomésticos e materiais de construção.

Em termos ecológicos trata-se de uma área que apresenta sobretudo interesse como local de passagem de aves migratórias.

O principal uso de água identificado na zona é o consumo humano, sendo a origem desta água totalmente, subterrânea (captações municipais do vale da ribeira da Apostiça).

Na envolvente imediata da área de implantação do empreendimento não se evidenciam fontes de poluição das águas superficiais e subterrâneas.

Verificam-se problemas na qualidade da água da Lagoa de Albufeira. Contrariamente a água subterrânea captada para consumo humano tem qualidade para o efeito.

Relativamente à qualidade do ar refira-se que, encontrando-se selado o aterro sanitário existente, não se sentem quaisquer cheiros em toda a área envolvente, derivados da sua presença. Verificam-se concentrações elevadas de dióxido de azoto, sendo as concentrações de dióxido de enxofre baixas. Assim a qualidade do ar não é excelente, mas também não é má, sendo típica de zonas suburbanas.

Relativamente ao ruído ambiente, este é geralmente reduzido, sendo as principais fontes que o provocam o funcionamento da estação de transferência de resíduos, o trânsito nos caminhos envolventes (principalmente no que liga o lugar de Aiana ao Pinhal do Cabedal) e outras actividades humanas. A área enquadra-se, em termos de ruído, na classificação de “zona mista”.

Na área onde se implanta o empreendimento os planos de ordenamento do território em vigor são o Plano Director Municipal do Concelho de Sesimbra e o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa.

As condicionantes a considerar na área de intervenção consistem numa pequena área de Reserva Ecológica Nacional e de Domínio Público Hídrico.

No concelho de Sesimbra a população tem aumentado a um ritmo superior ao da Península de Setúbal. Em particular, a freguesia do Castelo, teve um aumento populacional muito importante na última década.

Como o concelho (e também a freguesia do Castelo), apresenta uma grande atracção por razões de férias e lazer, a população presente durante o Verão é da ordem do dobro da população residente. Esta procura tem contribuído para o desenvolvimento de serviços como a hotelaria, cafetaria e restauração.

A área envolvente ao terreno de implantação do empreendimento é fundamentalmente ocupada por pinhais. Constitui excepção a Estação de Transferência de Resíduos localizada junto ao extremo nordeste, a área do aterro sanitário selado que se encontra a norte, uma pequena área de eucaliptal a poente e, um pouco mais afastado, habitações e quintais do lugar de Aiana, a sudoeste e as habitações do Pinhal do Cabedal, a este. De realçar que, conforme referido anteriormente, devido ao facto do aterro sanitário estar selado, não se sente, em toda a envolvente, qualquer desconforto relativo a cheiros, respirando-se um ar perfeitamente normal.

Na área do projecto, bem como na sua vizinhança, não se assinala a ocorrência de qualquer elemento de particular interesse patrimonial.

Em termos paisagísticos assinala-se o contraste entre a área de pinhal de média densidade e a área de matos. De um modo geral considera-se que a área apresenta uma baixa qualidade visual.

No que se refere à evolução previsível da situação actual, é de destacar o desenrolar de uma tendência de progressiva substituição de áreas de mata por urbanizações turísticas de baixa densidade em toda a área envolvente a Santana. Esta evolução, que se enquadra no Plano Director Municipal de Sesimbra, traduz-se em alterações em diversos factores ambientais.

Ao nível da geologia e do relevo as alterações esperadas são pouco relevantes, atendendo à planura geral destas áreas e ao facto de não estarem presentes importantes valores geológicos. Também ao nível da afectação dos solos não se consideram relevantes os efeitos esperados, dado não se tratarem, de áreas com solos de elevada capacidade de uso.

Relativamente aos recursos hídricos haverá lugar a acréscimos de consumo e, conseqüentemente, maior extracção de águas subterrâneas. Por outro lado aumentará significativamente a produção de águas residuais, que terão que ser alvo de sistemas de tratamento adequados.

Em termos ecológicos, pode prever-se a continuação da degradação de corredores ecológicos, em resultado da presença de novas urbanizações e, simultaneamente, a continuação das tendências actuais de degradação ambiental nas áreas de mata existentes, designadamente pela sua utilização como locais de deposição de lixos e entulhos, a menos que novas medidas de gestão venham a ser adoptadas.

Na qualidade do ar e no ruído são esperados alguns efeitos negativos relacionados com o acréscimo de trânsito que a presença de novas urbanizações turísticas irá suscitar.

Relativamente a aspectos de Ordenamento do território não se prevêem alterações importantes uma vez que a aprovação do Plano Director Municipal de Sesimbra ainda é relativamente recente (1998) e as alterações ocorridas têm ido ao encontro do que está definido neste plano.

Assim, não se conhecendo outro tipo de projectos que possam alterar a situação actual, nomeadamente equipamentos ou infra estruturas que possam implicar a criação de servidões e condicionamentos sobre esta área, a sua evolução previsível será a da projecção directa da situação actual, mantendo-se como área agrícola/florestal e com o mesmo tipo de possibilidades e condições de edificabilidade que se verificam actualmente.

Quanto a aspectos socioeconómicos refira-se que é de prever o continuar da pressão turístico-imobiliária para a concretização de empreendimentos turísticos nas áreas onde o regulamento do Plano Director Municipal assim o permite, contribuído para este facto a reconhecida aptidão turística do território – o desenvolvimento turístico do concelho de Sesimbra é uma das linhas de força mais definidas e sustentadas a prazo para este território – e ainda a melhoria prevista na rede de acessibilidades e as fracas condições de rentabilidade que usos alternativos agrícolas e florestais proporcionam.

Assim sendo, mesmo na ausência deste empreendimento a perspectiva de evolução futura é a da consolidação do sistema urbano do concelho a partir da consolidação dos seus núcleos principais e do alastramento de áreas edificadas com características residenciais e turísticas, suportadas pela reestruturação da rede viária local e regional, e o reforço da fileira de actividades económicas relacionadas com a hotelaria e o turismo e da prestação de serviços domésticos e pessoais.

Em termos paisagísticos é de prever a continuação da tendência para uma progressiva transformação de uma paisagem dominada por um coberto vegetal que abrange ainda amplos espaços contíguos, por um padrão de paisagem mista verde e urbana, em que as novas urbanizações de baixa densidade manifestam tendência para facultar maior qualidade visual que outras urbanizações mais antigas.

6 - IMPACTES DO PROJECTO

O principal objectivo de um Estudo de Impacte Ambiental é o de, a partir da análise dos previsíveis efeitos (impactes) no ambiente natural e social, causados pela concretização do empreendimento em estudo, fornecer informação pertinente aos decisores e às entidades, públicas e privadas, e cidadãos interessados ou potencialmente afectados.

Apresenta-se, seguidamente, um resumo dos principais impactes identificados, tanto para a fase de construção do projecto como para a fase da sua exploração.

6.1 – Principais impactes da fase de construção

Na fase de obra, são diversas as acções que originam impactes em diferentes componentes ambientais, verificando-se, neste período, a maior parte dos impactes negativos do projecto, dos quais alguns são temporários e outros são permanentes.

Os impactes mais imediatos relacionam-se com os inevitáveis trabalhos de desmatção e movimentação de terras. Estes trabalhos provocarão a destruição da cobertura vegetal, o que constitui um impacte negativo ao nível ecológico. Contudo, saliente-se que não estão em presença, na área, importantes valores ecológicos.

A qualidade do ar será temporariamente afectada, principalmente pela emissão de poeiras, em resultado das movimentações de terras.

As actividades de construção implicarão um considerável movimento de veículos e utilização de máquinas, com consequências negativas em termos de ruído que se fará sentir nas áreas habitadas mais próximas.

Serão efectuadas diversas escavações para fundação dos edifícios e piscinas, que alteram temporariamente o aspecto do terreno. As alterações definitivas na forma do terreno são reduzidas, dado tratar-se de uma área plana. A principal alteração consiste na criação de uma pequena “colina” no extremo nordeste do terreno.

A implantação dos edifícios previstos e dos pavimentos das ruas e do passeios) traduz-se num aumento da área impermeabilizada e portanto, numa redução da infiltração que normalmente ocorre, alteração que, por ser localizada, se considera, pouco importante, mas é permanente.

O projecto respeita as limitações inerentes à presença de uma área de reserva Ecológica Nacional e Domínio Público Hídrico, não se verificando qualquer efeito negativo a este nível.

6.2 – Principais impactes da fase de exploração

Impactes positivos

Os impactes esperados na fase de exploração serão, em grande parte positivos.

Por um lado o empreendimento proposto insere-se no que está previsto pelo PDM de Sesimbra para esta área do concelho, o que reforça a eficácia deste instrumento de planeamento e contribui para uma mais correcta política de ocupação do território.

Por outro lado a existência deste aldeamento reforça a componente turística que é uma importante fonte de receitas e de criação de emprego no concelho. Neste sentido é de salientar o aspecto positivo do aldeamento vir a criar 30 a 40 postos de trabalho, além do emprego indirecto.

O empreendimento será implantado numa área que se encontra actualmente degradada pela deposição indiscriminada de entulhos de diversa espécie. Assim o empreendimento, apesar de ocupar parte da área disponível para a construção de edifícios e de pavimentos, permite também a criação de zonas verdes de qualidade, criadas e mantidas com procedimentos de boa prática ambiental: utilização de espécies vegetais locais, transplantes de sobreiros e pinheiros mansos, reutilização de terras movimentadas durante as obras e rega das zonas verdes a partir da reutilização de água tratada pela ETAR.

Impactes negativos

A presença do aldeamento turístico irá reduzir o espaço disponível para animais que utilizam a área, nomeadamente aves migratórias que passam a dispor de menos áreas naturais.

O funcionamento do empreendimento originará uma produção permanente de águas de esgoto numa área sensível à poluição da água, pela proximidade à lagoa de Albufeira, que já apresenta problemas de poluição, sendo por isso declarada como zona sensível.

A previsão de construção de uma pequena ETAR para funcionar pelo menos até que se possa fazer a ligação a uma ETAR maior a construir pela Câmara, bem como a reutilização das águas tratadas para a rega das zonas verdes, permitirá minimizar bastante os riscos de afectação da qualidade da água.

Verificam-se alterações negativas na paisagem, na medida em que ocorre a transformação definitiva de uma zona florestal num espaço de características urbanas, o que se traduz num enorme aumento da presença humana na área.

7 - MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTES NEGATIVOS E DE VALORIZAÇÃO DOS IMPACTES POSITIVOS

Grande parte dos potenciais impactes negativos identificados, ou pelo menos das suas dimensões mais gravosas, pode ser minimizada, através da adopção de adequadas medidas de mitigação de impactes.

No Estudo de Impacte Ambiental são apresentadas essas medidas, umas de carácter geral para a obra e a exploração empreendimento, outras específicas dos impactes em determinadas componentes ambientais. Entre as medidas apresentadas destacam-se as seguintes:

7.1 - Fase de construção:

- Os depósitos provisórios de terras ou quaisquer estruturas fixas de suporte à obra, devem ter lugar no interior da área de intervenção;
- A localização de estaleiros deverá evitar áreas que se pretende dedicar à valorização paisagística, como por exemplo a faixa norte e oeste da área de intervenção do projecto;
- Os solos mais ricos em terra vegetal movimentados no interior da área de intervenção devem ser provisoriamente armazenados para voltarem a ser usados nas zonas verdes do aldeamento turístico;
- Previamente ao início da obra, terá que se efectuar a localização das árvores, concretamente de Pinheiro-bravo, Pinheiro-manso, Zambujeiro e Sobreiro que deverão ser poupados. De salientar que, relativamente ao abate de sobreiros é necessário observar o disposto no Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de Maio, o que implica a necessidade de plantações compensatórias das árvores abatidas;
- O transporte em camiões de materiais que possam projectar poeiras deve ser efectuado com cobertura em lona;
- Deve ser realizada aspersão periódica e regular com água das áreas de trabalho e dos caminhos, utilizando mangueiras com difusores ou veículos com reservatórios munidos de dispersores, por forma a reduzir emissões de poeiras, principalmente durante os períodos secos. Esta medida é importante, sobretudo, para reduzir a criação de poeiras;
- As operações de construção, em especial as que causam mais barulho não podem decorrer aos fins de semana e feriados nem, nos dias de semana, entre as 18h00 e as 7h00.

7.2 - Fase de exploração

- É necessário garantir a permanente funcionalidade de todo o sistema de drenagem das águas das chuvas (grelhas, canalizações,...), procedendo-se a vistorias periódicas e operações de limpeza, pelo menos uma vez por ano, no início da estação húmida;

- Colocação de ninhos artificiais para pássaros em árvores estrategicamente seleccionadas, no sentido de compensar a perda de habitat e assim contribuir para uma mais rápida renaturalização e recolonização por parte das espécies, neste caso das aves.
- Deverá ser elaborado um plano de segurança, abrangendo a necessidade de evacuação de toda a área, atendendo à envolvente florestal e à localização dos pontos de saída do aldeamento;
- Será implementado um projecto de enquadramento paisagístico que assegurará um aspecto visualmente agradável ao aldeamento observado quer do interior, quer do exterior.

7.3 – Monitorização e acompanhamento ambiental

Ainda no âmbito da mitigações dos impactes do projecto propõe-se a adopção de um programa de monitorização das águas residuais e o acompanhamento arqueológico na fase de construção.

8 – Conclusões

Conclui-se que o projecto em apreço não apresenta impactes negativos susceptíveis de comprometer a sua viabilidade, face à importância dos impactes positivos esperados e ao facto de que a adopção das medidas de mitigação propostas permitirem atenuar muitos dos impactes negativos do projecto.

Contudo é importante salientar que apesar deste empreendimento, por si só, não apresentar, globalmente, impactes ambientais significativos, o mesmo poderá não se concluir no caso da concretização das diversas pretensões urbanísticas para a área do concelho de Sesimbra e áreas adjacentes, ainda que cada empreendimento, por si só e, à semelhança do empreendimento em apreço, também possa não apresentar impactes ambientais significativos.

Assim, uma visão e um balanço global sobre futuras alterações ambientais nesta região só poderá ser efectuada no âmbito uma abordagem global da pressão existente sobre o sistema natural, nas suas diversas componentes, e não num olhar isolado para cada um dos empreendimentos propostos.

O Plano de Gestão Ambiental da Mata de Sesimbra, bem como o Plano de Acessibilidades para o Concelho de Sesimbra constituem instrumentos privilegiados para esta abordagem global.